



Verificação Unificada 2015.1

– Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) Uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova.
 - b) Este caderno de prova, com o enunciado das 86 (oitenta e seis) questões, sem repetição ou falha.
 - c) Os alunos matriculados nas disciplinas Estágio Supervisionado IV e VI deverão responder apenas até a questão 80. As demais serão desconsideradas, ainda que marcadas. Os alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado VIII deverão responder até a questão 86.
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) conferir seu nome e número de matrícula;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa no enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente após decorrida uma hora do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- Somente no decorrer dos últimos 60 (sessenta) minutos do período da prova você poderá retirar-se da sala levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, você deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, entregar a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Quem descumprir esta regra RECEBERÁ NOTA ZERO.

01. A Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre arbitragem, em seu artigo 44, estabeleceu: “Ficam revogados os artigos 1.037 a 1.048 da Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil Brasileiro; os artigos 101 e 1.072 a 1.102 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil.”

Nesse caso, é possível dizer então que ocorreu

- a) revogação tácita.
- b) ab-rogação expressa.
- c) **derrogação expressa.**
- d) repristinação.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Derrogação é a revogação parcial de uma lei, ou seja, parte dela continua em vigor, enquanto outra parte é extinta em decorrência da publicação de uma nova lei que expressamente declare revogado determinados dispositivos ou quando tratar da mesma matéria, porém de forma diversa. Não se confunde com ab-rogação, que é a revogação de uma lei por completo.

02. Em uma decisão para lá de polêmica, o juiz federal Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara Federal do Rio, indeferiu pedido do Ministério Público para que fossem retirados da rede vídeos tidos como ofensivos à umbanda e ao candomblé. No despacho, o magistrado afirmou que esses sistemas de crenças “não contêm os traços necessários de uma religião”, por não terem um texto-base, uma estrutura hierárquica, nem “um Deus a ser venerado”. Para mim, esse é um belo caso de conclusão certa, pelas razões erradas. Creio que o juiz agiu bem, ao não censurar os filmes, mas meteu os pés pelas mãos, ao justificar a decisão. Ao contrário do Ministério Público, não penso que religiões devam ser imunes à crítica. Se algum evangélico julga que o candomblé está associado ao diabo, deve ter a liberdade de dizê-lo. Como não podemos nem sequer estabelecer se Deus e o demônio existem, o mais lógico é que prevaleça a liberdade de dizer qualquer coisa.

Hélio Schwartzman. **O candomblé e o tinho.**

Folha de S. Paulo, 20 maio 2014 (adaptado).

O núcleo filosófico da argumentação do autor do texto é de natureza

- a) **liberal.**
- b) marxista.
- c) totalitária.
- d) teológica.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

A inspiração filosófica da argumentação é marcadamente liberal, especialmente quanto à liberdade de expressão.

03. Com base na análise das curvas de possibilidade de produção, marque a resposta que representa as alterações na curva de possibilidade de produção da Plasnog, com base na decisão do juiz Alex Muniz e as

possíveis decisões do desembargador Oswaldo Trigueiro.

Juiz determina despejo de fábrica e quase 300 funcionários podem ficar sem emprego

O Distrito Industrial da região corre risco de sofrer o impacto do fechamento de uma de suas principais indústrias e que hoje gera quase 300 empregos diretos, além de inúmeros empregos indiretos. A informação é de Gilmar Freitas do Nascimento, um dos líderes dos funcionários da Plasnog, empresa que está sendo alvo de uma determinação do juiz de Queimadas, Alex Muniz, que ordenou o despejo da fábrica.

Segundo Gilmar Freitas do Nascimento, que está há 13 anos na empresa, não há qualquer débito de aluguel. O problema é que o dono do imóvel da fábrica pediu área e o juiz Alex Muniz concedeu. A empresa recorreu ao Tribunal de Justiça para evitar o despejo pelo menos até que sejam julgadas definitivamente as ações envolvidas. Essa decisão está agora nas mãos do desembargador Oswaldo Trigueiro.

Ainda para Nascimento, serão mais de mil pessoas atingidas diretamente, já que a transferência do parque fabril não é tão simples, devido a questões estruturais e maquinário pesado. Em média, seriam necessários oito meses para a conclusão da transferência.

“Que empresa suporta todo esse tempo fechada? Como vai atender à produção? Nós acreditamos que a Plasnog não pode ser vista somente como um prédio ou um terreno. A Plasnog é mais do que isso. São quase 300 famílias que dependem diretamente do funcionamento dela, mais centenas que vivem indiretamente da fábrica. Já imaginou o que será desses colaboradores? É um momento de muita incerteza”, enfatizou Gilmar Freitas do Nascimento.

Para o funcionário da empresa, o clima é de apreensão e dúvida. “Não sabemos o que vai acontecer. Nossos empregos estão em risco e nos resta pedir um pouco de sensatez”, comentou.

Entenda o caso:

Há 16 anos uma fábrica de argila recebeu da Cinep um terreno para a instalação da sua estrutura industrial, localizado no município de Queimadas. Após um ano de funcionamento, a fábrica transferiu suas atividades para o município de Parelhas, no Rio Grande do Norte, e locou o terreno e a estrutura existente à Plasnog.

A Plasnog investiu na área e na infraestrutura, ampliando o número de galpões de apenas um para seis e gerando emprego direto para quase 300 pessoas. Nos últimos meses, a especulação imobiliária do local levou a uma ação judicial contra a empresa, mesmo esgotadas as tentativas de negociações. Em primeira instância, a ação foi julgada e, pela ordem do juiz de Queimadas, a desocupação deve ser feita até a próxima sexta-feira.

Preocupado com o impacto social dessa decisão, o Governo do Estado, por meio da Cinep, também ajuizou uma ação para evitar o despejo da fábrica, que vai

acarretar não só o desemprego como o volume de impostos que deixará de ser recolhido. Os dois recursos, da empresa e do Estado, estão agora com o desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que pode evitar o fechamento da fábrica, permitindo o funcionamento da empresa até a decisão de mérito dos processos.

<http://www.pbagora.com.br/conteudo.php?id=20140907192034&cat=paraiba&keys=-juiz-determina-despejo-fabrica-quase-funcionarios-podem-ficar-sem-emprego>

- Caso o desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho acate os recursos, a empresa mantém seu nível produtivo até a decisão do mérito, e se sua situação for de pleno emprego estará ao longo na curva de possibilidades de produção.
- Caso o desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho não acate os recursos, a empresa estaria usando plenamente seus recursos. Ou seja, iria ocorrer existência de pleno emprego.
- Pode-se afirmar que, independente da decisão do juiz Alex Muniz, a empresa estaria usando plenamente seus recursos.
- Caso o desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho acate os recursos, a empresa mantém seu nível produtivo até a decisão do mérito, e se sua situação for de inexistência de pleno emprego estará ao longo na curva de possibilidades de produção.

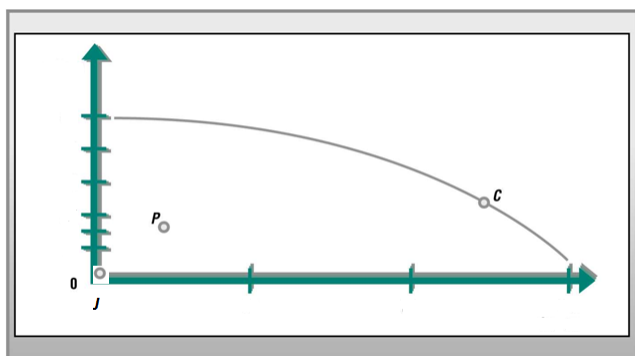
JUSTIFICATIVA (Prof. Ricardo Coimbra)

Caso o Desembargador Oswaldo Trigueiro do Valle Filho acate os recursos a empresa mantém seu nível produtivo até a decisão do mérito, e se sua situação for de pleno emprego estará ao longo na curva de possibilidades de produção.

A empresa estaria em um ponto qualquer na curva como o ponto C e usando plenamente seus recursos.

Caso ele não acate os recursos e aceite a decisão do Juiz Alex Muniz parte significativa ou a totalidade dos fatores de produção não estariam sendo usados. Ou seja, iria ocorrer inexistência de pleno emprego.

Como pode-se observar, no gráfico, se a decisão do Juiz Alex Muniz for acatada estaria ocorrendo o deslocamento do ponto "C" para o ponto "P" ou ponto "J".



04. Considere os dados da entrevista abaixo e, após, responda ao que se pede.

IHU On-Line – *A medicalização de condutas classificadas como "anormais" se estendeu a praticamente todos os domínios de nossa existência. A quem interessa a medicalização da vida?*

Sandra Caponi – *A muitas pessoas. Em primeiro lugar, ao saber médico, aos psiquiatras, mas também aos médicos gerais e especialistas. Interessa muito especialmente aos laboratórios farmacêuticos que, desse modo, podem vender seus medicamentos e ampliar o mercado de consumidores de psicofármacos de modo quase indefinido. Porém, esse interesse seria irrelevante se não existisse uma demanda social que aceita e até solicita que uma ampla variedade de comportamentos cotidianos ingresse no domínio do patológico. Um exemplo bastante óbvio é a escola. Crianças com problemas de comportamento mais ou menos sérios hoje recebem rapidamente um diagnóstico psiquiátrico. São medicadas, respondem à medicação e atingem o objetivo social procurado. Essas crianças que tomam ritalina ou antipsicóticos ficam mais calmas, mais sossegadas, concentradas e, ao mesmo tempo, mais tristes e isoladas.*

www.ihuonline.unisinos.br (adaptado).

Podemos considerar como uma importante implicação filosófica da medicalização da vida

- a incorporação do conhecimento científico como meio de valorização da autonomia emocional e intelectual.
- a institucionalização de procedimentos de análise e de cura psiquiátrica absolutamente objetivos e eficientes.
- a proliferação social de conhecimentos e procedimentos médicos que pressupõem a patologização da vida cotidiana.
- a contribuição eticamente positiva da psiquiatrização do comportamento infantil e juvenil na esfera pedagógica.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

O texto defende uma banalização de conhecimentos médicos, de sorte a criar um ânimo de busca de solução através da medicina/medicamentos, o que não é, necessariamente, a única/melhor opção para a solução de diversos problemas.

05. Não há livro didático, prova de vestibular ou resposta correta do Enem que não atribua a miséria e os conflitos internos da África a um fator principal: a partilha do continente africano pelos europeus. Essas fronteiras teriam acotovelado no mesmo território diversas nações e grupos étnicos, fazendo o caos imperar na África. Porém, guerras entre nações rivais e disputas pela sucessão de tronos existiam muito antes de os europeus atingirem o interior da África. Graves conflitos étnicos

aconteceram também em países que tiveram suas fronteiras mantidas pelos governos europeus. É incrível que uma teoria tão frágil e generalista tenha durado tanto – provavelmente isso acontece porque ela serve para alimentar a condescendência de quem toma os africanos como “bons selvagens” e tenta isentá-los da responsabilidade por seus problemas.

Leandro Narloch. **Guia politicamente incorreto da história do mundo**, 2013 (adaptado).

A partir da leitura do texto, é correto afirmar:

- a) **A tese filosófica sobre um “estado de natureza” livre e pacífico é insuficiente para explicar os conflitos étnicos atuais na África.**
- b) O conhecimento histórico que privilegia a “óptica dos vencidos” apresenta um grau superior de objetividade científica.
- c) Na relação entre diferentes etnias, o etnocentrismo é um fenômeno antropológico exclusivo dos países ocidentais modernos.
- d) Para explicar a existência dos atuais conflitos étnicos na África, é necessário resgatar os pressupostos da ideologia colonialista.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Defende-se, no texto, que há problemas outros, no Continente africano, que não diretamente decorrentes da colonialização.

06. Acerca do pensamento de Karl Marx, é incorreto afirmar:

- a) O pensamento de Karl Marx é uma interpretação do caráter contraditório ou antagônico da sociedade capitalista. Esse caráter contraditório é inseparável da estrutura fundamental do regime capitalista e é também o motor do movimento histórico.
- b) Enquanto no positivismo os conflitos entre trabalhadores e empresários são fenômenos marginais, imperfeições da sociedade industrial cuja correção é relativamente fácil, para Marx, tais conflitos são o fato mais importante das sociedades modernas, o que revela a natureza essencial dessas sociedades, ao mesmo tempo em que permite prever o desenvolvimento histórico.
- c) **Para Marx, a burguesia teria que fazer concessões ao proletariado, a fim de manter o pleno funcionamento da produção capitalista.**
- d) A burguesia, segundo Marx, seria incapaz de manter seu reinado sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção.

JUSTIFICATIVA (Profa. Elizabete Romão)

Em sua Teoria, Karl Marx jamais admitiu aliança entre Burguesia e Proletariado. Ao contrário, seriam classes com interesses antagônicos e, portanto, caberia ao proletariado protagonizar sua revolução.

07. Acerca das espécies e métodos clássicos de interpretação adotados pela Hermenêutica Jurídica, assinale a opção correta.

- a) A interpretação autêntica pressupõe que o sentido da norma é o fixado pelos operadores do direito, por meio da doutrina e jurisprudência.
- b) A interpretação lógica se caracteriza por pressupor que a ordem das palavras e o modo como elas estão conectadas são essenciais para se alcançar a significação da norma.
- c) **A interpretação sistemática se caracteriza por pressupor que qualquer preceito normativo deverá ser interpretado em harmonia com as diretrizes gerais do sistema, preservando-se a coerência do ordenamento.**
- d) A interpretação histórica se caracteriza pelo fato de que o significado da norma deve atender às características sociais do período histórico em que é aplicada.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Por meio da interpretação sistemática deve-se buscar o significado normativo que mais se adequa ao ordenamento jurídico.

08. Sobre as regras inerentes à Hermenêutica Jurídica, é correto afirmar que

- a) o STF tem a obrigação legal de julgar conforme os ditames exclusivos da CF/88.
- b) qualquer juízo que emita decisão em processo de sua competência pode formar jurisprudência, como forma de costume judicial, que não segue regras específicas da hermenêutica jurídica.
- c) **a relevância das decisões judiciais muda conforme o local de sua aplicação, devendo-se levar em consideração o meio social onde elas serão empregadas.**
- d) a jurisprudência, como espécie de costume, não forma um conjunto de regras para a interpretação de casos concretos.

JUSTIFICATIVA (Prof. Adriano Pascarelli)

É regra de interpretação, segundo a hermenêutica jurídica, a observação ao local e o respeito aos anseios do meio social onde serão empregadas as decisões judiciais, como resposta do judiciário ao Povo e eficácia das mesmas decisões.

09. Podem-se encontrar diversos argumentos para justificar a aplicação da analogia no direito, entre os quais a busca pela vontade do legislador ou a imperiosa aplicação da igualdade jurídica, demandando-se soluções semelhantes para casos semelhantes. Com referência a essa aplicação, é correto afirmar que

- a) a analogia tem como principal função descobrir o sentido e o alcance das normas jurídicas.
- b) a analogia legis se caracteriza por recorrer à síntese de um complexo de princípios jurídicos.

- c) a analogia juris ocorre quando se formula regra nova, semelhante a outra já existente.
- d) a analogia pressupõe que casos análogos sejam estabelecidos em face de normas análogas, mas não díspares.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

A analogia exige, por respeito à isonomia, que o mesmo tratamento seja dado ao casos similares.

10. Acerca da aplicação da Equidade (*Aequitas*) no Direito Romano, é incorreto afirmar que
- a) a equidade é a justiça ideal do caso concreto.
 - b) aplicar a equidade não significa opor-se à norma legal, mas aperfeiçoá-la, uma vez que as normas não podem prever, em razão da generalidade, todos os casos.
 - c) equidade é dar a cada um o seu direito.
 - d) uma das funções da equidade era a de preencher as lacunas legais.

JUSTIFICATIVA (Profa. Eliza Dias)

A *Aequitas* foi um conceito básico romano que nasceu da evolução da aplicação da justiça que, por significar dar a cada um o seu direito, estava muito apegada à legalidade e não privilegiava os casos concretos não previstos legalmente devido à generalidade das leis. A equidade era, portanto, a justiça ideal do caso concreto, estando a alternativa “a” correta. A alternativa “b” está correta, a ideia incita na equidade é a de aprimorar a lei e não a de opor-se a ela. A alternativa “c” está incorreta, dar a cada um o seu direito é o conceito de justiça, e não o de equidade. Agerson Tabosa atribuiu à equidade as funções de: esclarecer a lei, aperfeiçoar a lei e a de suprir as lacunas. Portanto, a alternativa “d” está correta.

11. Uma das mais importantes contribuições dos romanos para a posteridade foi o Direito. Sobre o famoso *Corpus Juris Civilis*, analise as afirmativas abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- I. Trata-se de obra jurídica elaborada durante o governo do Imperador Justiniano.
 - II. Considera-se a primeira lei escrita do Direito Romano.
 - III. Possui uma parte destinada aos estudantes intitulada de *Institutas*.
 - IV. O Digesto, outro livro que faz parte do *Corpus Juris Civilis*, é composto por jurisprudências, que eram as importantes decisões do judiciário romano.
 - V. Sua origem foi fruto de reivindicações da plebe.
- Estão corretas as afirmativas
- a) I, III e IV.
 - b) II, IV e V.
 - c) I, IV e V.
 - d) I e III.

JUSTIFICATIVA (Profa. Eliza Dias)

A assertiva I está correta, o *Corpus Juris Civilis* foi publicado por ordem do imperador Justiniano, a compilação pode também ser nominada de legislação justiniãnea ou Textos Justiniãneos, fazendo alusão ao imperador que ordenou sua feitura. II. A assertiva está incorreta, a primeira lei escrita romana foi a Lei das XII Tábuas. III. A assertiva está correta, uma das partes que formam a obra chama-se *Institutas*, a palavra deriva do latim *instituere* que significa ensinar, e é um manual de Direito para o uso dos estudantes. IV. A assertiva está incorreta, o Digesto é composto de jurisprudência, entretanto, jurisprudência para os romanos era a doutrina produzida pelos juristas, e não a decisão do judiciário. V. A assertiva está incorreta, a Lei das XII Tábuas é fruto da luta dos plebeus, que queriam conhecer e ter acesso às leis que lhes eram aplicadas.

12. Quais são os pressupostos para o desenvolvimento ótimo da força normativa de uma Constituição de acordo com Konrad Hesse?
- a) Buscar a justiça e conscientizar as pessoas da importância do Direito.
 - b) Corresponder à natureza singular do presente, ser aberta à contraditoriedade e compreender a necessidade da vontade de Constituição.
 - c) Convergir os fatores reais de poder para tornar possível o desenvolvimento de uma vontade de constituição.
 - d) Legitimar a democracia através de eleições e facilitar as reformas constitucionais, a fim de que o povo se encontre melhor representado.

JUSTIFICATIVA (Prof. Edvaldo Moita)

A questão tem por objetivo avaliar os pressupostos estipulados por Konrad Hesse em seu célebre texto “A força normativa da Constituição”. De acordo o autor, são os pressupostos de desenvolvimento ótimo da força normativa:

- Natureza singular do presente (condições históricas de sua realização, v. g., naturais, técnicas, econômicas, sociais). É aqui onde a Constituição encontra seus limites. Quanto mais o conteúdo da Constituição corresponder à natureza singular do presente, mais seguro é o desenvolvimento de sua força normativa.
- Aberta à contraditoriedade (não ter uma estrutura unilateral)
Direitos fundamentais não podem existir sem deveres, a divisão de poderes há de pressupor a possibilidade de concentração de poder, o federalismo não pode subsistir sem uma certa dose de unitarismo. (HESSE, 1991, p. 21)
- Vontade de Constituição na consciência geral e, em particular, na consciência dos responsáveis pela ordem constitucional, em detrimento da vontade de poder (a força determinante das relações fáticas). A vontade de Constituição seria, portanto, a compreensão da necessidade e do valor de uma ordem normativa inquebrantável, de que a ordem constituída é mais do que uma ordem legitimada pelos fatos (o que exige um constante processo de

legitimação) e de que essa ordem depende da vontade humana.

13. Qual é a classificação da Constituição brasileira de 1988?
- Material, super-rígida, escrita, legal, pactuada e concisa.
 - Formal, super-rígida, escrita, codificada, promulgada e prolixa.**
 - Formal, semirígida, escrita, legal, promulgada e analítica.
 - Material, flexível, escrita, costumeira, promulgada e sintética.

JUSTIFICATIVA (Prof. Edvaldo Moita)

A classificação da Constituição brasileira é, quanto à rigidez, super-rígida, possuindo não só um procedimento de alteração mais dificultoso do que a legislação ordinária como também contendo um núcleo que não pode ser abolido; quanto à forma, escrita e codificada, pois se trata de documento solenemente promulgado, sendo reunida, organizada e sistematizada em um único texto só; quanto à origem, promulgada, sendo fruto de uma Assembleia Constituinte e exprimindo a vontade do povo, numa ideia de que os governantes atuam por consentimento daquele; e quanto à extensão, prolixa, trazendo matérias por sua natureza alheias às matérias tipicamente constitucionais.

14. São tipologias da legislação e da constitucionalização simbólicas)
- ineficácia social generalizada, falta de vigência social e nominalismo.
 - folha de papel e leis constitucionais.
 - força normativa, Constituição real e Constituição jurídica.
 - álibi, compromisso dilatatório e confirmação de valores sociais.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Edvaldo Moita)

Trata-se da tipologia utilizada por Neves, Marcelo. A Constitucionalização simbólica. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, o qual concebe a legislação e constitucionalização do tipo confirmação de valores sociais, álibi e fórmula de compromisso dilatatório

15. É espécie de distinção forte entre princípios e regras:
- Quanto ao grau de imprecisão, em que princípios seriam mais imprecisos que regras.
 - Quanto à abstração, em que princípios seriam mais abstratos que regras.
 - Quanto à generalidade, em que princípios seriam mais gerais que regras.
 - Quanto à lógica, em que princípios funcionariam de maneira distinta das regras.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Edvaldo Moita)

Enquanto as distinções fracas concebem os princípios e as regras como normas de mesma natureza e essência, distinguindo-as tão somente em face de um critério quantitativo, as distinções fortes concebem os princípios e as regras como normas de natureza diferente. São modelos clássicos de distinção forte a de Robert Alexy e Ronald Dworkin. Este, em específico, promove uma distinção quanto à natureza lógica, em que regras funcionariam, no seu modo de aplicação, num padrão do “tudo ou nada”, e os princípios teriam aplicações graduais, num padrão de “mais ou menos”.

16. Qual das hipóteses abaixo configura um tipo de alteração parcial e sem alteração do texto constitucional?
- Emenda Constitucional.
 - Revisão Constitucional.
 - Mutação Constitucional.**
 - Reforma Constitucional.

JUSTIFICATIVA (Prof. Edvaldo Moita)

Os procedimentos de reforma constitucional, via de regra, são divididos em emendas (reforma parcial com alteração do texto), revisões (alteração global, normalmente não setORIZADA como a emenda, com alteração do texto) e mutação (alteração parcial sem alteração do texto), que atinge não o texto propriamente dito, mas sua interpretação.

17. No dia 21 de outubro de 2007, a revista “Consultor Jurídico” (versão na internet) veiculou notícia referente à “violência doméstica”, elaborada a partir de reportagem do jornal “Folha de São Paulo”, com a seguinte manchete: “**Lei Maria da Penha traz regras diabólicas, diz juiz**”. Informa a revista que o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da cidade de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais, “considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha e rejeitou pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras”. Ao final da notícia publicada, é informado, ainda, que o Ministério Público recorreu das decisões do juiz ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJ/MG, já tendo revertido um caso, aguardando, no momento, o julgamento dos demais.

Frente ao exposto (síntese da matéria jornalística), assinale a assertiva correta.

- O Juiz de Direito (Estadual) da Comarca de Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, não tem competência para declarar a inconstitucionalidade da Lei (Federal) nº. 11.340/2006 (“Lei Maria da Penha”).
- Houve equívoco na declaração de inconstitucionalidade, haja vista que a decisão judicial, no caso vertente, foi proferida sem que houvesse a intimação do requerido para alegar o suposto vício da norma.
- Na hipótese, inexistem óbices jurídicos ao reconhecimento pelo juiz da suposta inconstitucionalidade, haja vista que a decisão foi**

proferida em sede de controle incidental, no qual qualquer juiz ou tribunal, para solucionar as lides, pode afastar a aplicação da lei que, ao seu sentir, estaria em descompasso com a Constituição.

- d) Segundo a notícia, mediante recurso do Ministério Público, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJ/MG já reformou um caso. Essa primeira decisão do Tribunal de Justiça que modificou, em sede de recurso, a inusitada decisão do Juiz de Direito teria sido tomada, necessariamente, pelo pleno do Tribunal de Justiça ou pelo órgão especial, se existente.

JUSTIFICATIVA (Prof. Janio Vidal)

Em se cuidando de controle difuso/incidental, qualquer juiz ou tribunal, na solução das lides (casos concretos) poderá afastar a aplicação da lei (norma inferior) e aplicar diretamente a Constituição (norma superior).

18. “...a Constituição, atualmente, é o grande espaço, o grande *locus*, onde se opera a luta jurídico-política. O processo constituinte é, hoje, processo que se desenvolve sem interrupção, inclusive após a promulgação, pelo Poder Constituinte, de sua obra. A luta, que se trava no seio da Assembleia Constituinte, após a elaboração do documento constitucional, apenas se transfere para o campo da prática constitucional (aplicação e interpretação). Por isso, a Constituição pode ser visualizada como processo e como espaço de luta.”

CLÉVE, Clémerson Merlin. **A fiscalização abstrata de constitucionalidade no direito brasileiro**. São Paulo. *Revista dos Tribunais*, p. 18, 1995.

Com o auxílio do texto, assinale a assertiva incorreta, acerca do poder constituinte.

- a) O poder de reforma (poder constituído) é criação do poder constituinte (originário) e com este não se confunde, haja vista ser atribuição do poder constituinte estabelecer o procedimento a ser seguido para as mudanças constitucionais e as limitações a serem observadas por aquele.
- b) O poder de reforma recebe, doutrinariamente, as mais diferentes denominações, sendo seus sinônimos as expressões poder constituído, poder constituinte derivado, poder (constituinte) constituído, poder constituinte instituído ou, ainda, poder constituinte de segundo grau.
- c) O exercício do poder constituído (poder de reforma) sofre limitações de ordem circunstancial, formal e material, das quais algumas podem ser implícitas.
- d) **O poder constituinte (originário) esgota-se quando é editada uma constituição, razão pela qual, além de ser autônomo, inicial e ilimitado juridicamente, ele se caracteriza pela temporariedade.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Janio Vidal)

Conforme proclamado em sede doutrinária, o Poder Constituinte seria permanente (e não temporário), manifestando-se em determinados momentos históricos. Aliás tal característica é destacada pelo próprio Sieyès.

19. Em relação às normas constitucionais protegidas por cláusulas de imutabilidade (“cláusulas pétreas”), ensina Luís Roberto Barroso: “É inegável que o reconhecimento de limites materiais faz surgir duas espécies de normas: as que podem ser revogadas pelo poder de reforma e as que não podem. As que são irrevogáveis tornam inválidas eventuais emendas que tenham essa pretensão, ao passo que as normas constitucionais revogáveis são substituídas pelas emendas que venham a ser aprovadas com esse propósito”.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 167.

Ancorado no magistério de Luís Roberto Barroso, assinale a assertiva correta.

- a) Sendo assim, seria possível sustentar, então, a existência de normas constitucionais “inferiores” em face de outras normas constitucionais “superiores” (as cláusulas pétreas).
- b) **Consequência lógica do reconhecimento de limites impostos ao poder de reforma é que os atos de mudança da constituição positiva sejam recebidos com certa desconfiança. Uma desconfiança já prevista na própria Constituição da República que disciplina com rigor incomum o processo de sua própria reforma, ao menos no plano das emendas.**
- c) Por conseguinte, normas da constituição positiva decorrentes de emendas constitucionais não poderão ser invalidadas pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao poder constituinte derivado (reformador) fiscalizar o processo de discussão, votação e aprovação.
- d) A origem da ideia de poder constituinte e a consequente distinção entre “poder constituinte” (originário) e “poderes constituídos” (derivado/reformador) é atribuída a Rousseau, na obra “O contrato social”.

JUSTIFICATIVA (Prof. Janio Vidal)

Com o constitucionalismo pretende-se vincular as gerações futuras, impondo limites a sua autodeterminação; Assim, o processo rígido de mudança da Constituição (inclusive cláusulas de imutabilidade) tem o fito de assegurar estabilidade ao modelo, preservando a identidade e continuidade constitucionais e, por conseguinte, a estabilidade das relações jurídicas.

20. O mercado editorial brasileiro tem disponibilizado, diuturnamente, “novos manuais” versando sobre o estudo do Direito Constitucional. Entre tantos, temos

“Direito Constitucional Esquemático”, de Luciano Dalvi, que “ensina”, referindo-se às atribuições do Supremo Tribunal Federal – STF:

“Perceba, Leitor, que ao proferir decisão jurisprudencial, o STF não pode restringir direito ou situação jurídica de uma pessoa, pois esse papel está na competência do legislador, que tem função típica de legislar, ou seja, inovar no mundo jurídico. Sabemos que o processo legislativo de uma Emenda Constitucional inclui muitas discussões nas Comissões da Câmara e do Senado, votações nas respectivas Casas e sanção do Presidente da República, por isso a inovação no mundo jurídico deve estar pautada pelo devido processo legislativo.”

DALVI, Luciano. **Direito Constitucional Esquemático**.

Florianópolis: Conceito Editorial, 2008, pp. 255/256.

Analisando o texto acima, constata-se grave erro no “escólio doutrinário” do autor, em manifesto desacordo com o direito constitucional positivado. Assinale a assertiva que configura o equívoco contido no texto.

- a) O papel de inovar no mundo jurídico “está na competência do legislador, que tem função típica de legislar”.
- b) Em relação ao processo legislativo de uma Emenda à Constituição, destaca-se a existência de “muitas discussões nas Comissões da Câmara e do Senado”.
- c) A inovação no mundo jurídico, ou seja, a criação de novas situações jurídicas, “deve estar pautada pelo devido processo legislativo”.
- d) **A aprovação de uma Emenda Constitucional, além das muitas discussões nas comissões temáticas da Câmara e do Senado, inclui “votações nas respectivas Casas e sanção do Presidente da República”.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Janio Vidal)

Em se cuidando do Processo Legislativo de elaboração das Emendas Constitucionais, não há participação do Chefe do Poder Executivo (através do veto). Uma vez aprovadas pelas Casas Legislativas (Câmara e Senado), as emendas são promulgadas pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado.

21. Antônio tomou posse, em seu primeiro mandato como prefeito municipal, em 1º/1/2009 e, embora tenha cometido ato de improbidade administrativa enquanto comandava a prefeitura, pretende candidatar-se para o mesmo cargo no pleito de 2012. Nessa situação hipotética, admitindo-se que Antônio seja reeleito e que sua posse para o segundo mandato ocorra em 1º/1/2013, a contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação de improbidade administrativa contra o ato praticado por Antônio na vigência de seu primeiro mandato se inicia

- a) **a partir do término do segundo mandato.**
- b) na data da posse do segundo mandato.
- c) após cento e oitenta dias da data de posse do segundo mandato.

- d) a partir do término do primeiro mandato.

JUSTIFICATIVA

Conforme art. 23, I, da Lei n. 8.429 /92.

22. Um paciente internado em hospital público de determinado estado da Federação cometeu suicídio, atirando-se de uma janela próxima a seu leito, localizado no quinto andar do hospital.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- a) A responsabilidade incidirá apenas sobre os enfermeiros que cuidavam do paciente.
- b) **Exclui-se a responsabilidade do Estado, por ter sido a culpa exclusiva da vítima, sem possibilidade de interferência do referido ente público.**
- c) A responsabilidade é objetiva, dada a omissão do ente público.
- d) A responsabilidade é subjetiva, dependente de prova de culpa.

JUSTIFICATIVA

A responsabilidade extracontratual do Estado, referente ao suicídio de paciente internado em hospital público, é afastada pela culpa exclusiva da vítima, sem possibilidade de interferência do ente público. Jurisprudência do STF.

23. O agente público que, ao editar um ato administrativo, extrapole os limites de sua competência estará incorrendo em

- a) desvio da motivação do ato.
- b) avocação.
- c) **excesso de poder.**
- d) usurpação de função pública.

JUSTIFICATIVA

O excesso de poder consiste, exatamente, na prática e atos que ultrapassem a competência (poder) do agente público.

24. Assinale a opção correta acerca da concessão de serviços públicos.

- a) **Se houver interesse público superveniente à concessão, poderá o poder público, por intermédio da encampação, retomar a prestação do serviço.**
- b) A outorga consiste na transferência para o particular da incumbência de prestação, mediante remuneração, de determinado serviço público.
- c) Admitem-se concessões de serviços públicos por prazo indeterminado.
- d) É proibida a subconcessão de serviços públicos.

JUSTIFICATIVA

Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.

25. Com relação a empresas públicas e sociedades de economia mista, assinale a opção correta.

- a) Empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito público.
- b) A existência legal de uma empresa pública inicia-se com a edição da lei que autoriza sua criação.
- c) Uma ação de reparação de danos materiais contra o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), empresa pública federal, deve tramitar em uma das varas cíveis da justiça comum estadual.
- d) **A única forma jurídica admitida para a composição de sociedade de economia mista é a sociedade anônima.**

JUSTIFICATIVA

Conforme arts. 235 e ss da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76)

26. Após a edição da CF, havia controvérsia sobre a obrigatoriedade de concurso público para o provimento de cargos nas empresas públicas e sociedades de economia mista. A questão foi pacificada pelo STF, no ano de 1993, em decisão que confirmou a obrigatoriedade do concurso público. Posteriormente, avaliando contratações sem concurso público ocorridas no período entre 1988 e 1993, o STF assim decidiu: "(...) A existência de controvérsia, à época das contratações, quanto à exigência de concurso público no âmbito das empresas públicas e sociedades de economia mista, questão dirimida somente após a concretização dos contratos, não tem o condão de afastar a legitimidade dos provimentos, realizados em conformidade com a legislação então vigente".

Nessa decisão, fica evidenciada a aplicação do princípio da

- a) juridicidade.
- b) recepção.
- c) **segurança jurídica.**
- d) continuidade do serviço público.

JUSTIFICATIVA

É manifesto, na decisão do supremo, o interesse em estabilizar relações jurídicas já consolidadas no tempo, instituídas por ato jurídico perfeito.

27. Assinale a opção correta acerca dos entes da administração indireta.

- a) **Exige-se autorização legislativa para a criação de subsidiárias das empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo suficiente, para tanto, a previsão genérica na lei que as instituir, ou seja, não há necessidade de autorização legislativa específica a cada vez que uma nova subsidiária é criada.**
- b) Nas sociedades de economia mista, o controle acionário e a gestão administrativa podem ser

transferidos pelo poder público aos sócios particulares, desde que haja acordo de acionistas nos termos do estatuto da sociedade.

- c) A criação de uma autarquia federal exige uma prévia lei associada ao registro dos seus estatutos em cartório competente.
- d) As causas em que figure como parte sociedade de economia mista cuja sócia majoritária seja a União deverão ser julgadas perante a justiça federal.

JUSTIFICATIVA

Conforme art. 37, XX/CF.

28. A Teoria dos Motivos Determinantes

- a) aplica-se apenas aos atos discricionários.
- b) aplica-se apenas aos atos vinculados.
- c) aplica-se apenas aos atos que devem ser obrigatoriamente motivados.
- d) **pode ser aplicada aos atos que dispensam a motivação.**

JUSTIFICATIVA

Em algumas situações os atos discricionários dispensam a motivação, como nas exonerações *ad nutum* de cargos de provimento em comissão, em que o administrador contrata e exonera por razões de conveniência e oportunidade. Na hipótese da administração pública motivar este ato, ficara vinculada e será obrigada a demonstrar a veracidade dos fundamentos, conforme a teoria dos motivos determinantes.

29. Assinale a alternativa correta em relação à Lei de Drogas (Lei nº. 11.343/06).

- a) **É norma penal em branco.**
- b) Existe atipicidade em relação ao usuário.
- c) O Princípio da Alteridade tem aplicação na referida Lei.
- d) No caso de consumo pessoal, haverá prisão em flagrante, e posteriormente aplicação do procedimento criminal, na forma da Nova Lei.

JUSTIFICATIVA (Prof. Mario Albuquerque)

Trata-se de norma penal em branco heterogênea .

30. Tício, proprietário de uma academia de ginástica, réu primário, sofreu condenação já transitada em julgado pela prática do crime previsto no artigo 273 do Código Penal, consistente na falsificação de produto destinado a fins terapêuticos, praticado em janeiro de 2009. Em face dessa situação hipotética e com base na legislação e na jurisprudência aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- a) Tício cometeu crime hediondo, mas poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional.

- b) Tício cometeu crime hediondo, de forma que só poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de dois quintos da pena, caso atendidos os demais requisitos legais
- c) Tício cometeu crime hediondo e, portanto, não poderá progredir de regime.
- d) Tício não cometeu crime hediondo e poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada precedida de manifestação do MP e do defensor.

JUSTIFICATIVA (Prof. Mário Albuquerque)

Aplicação da Lei n. 11.464/2007.

31. De acordo com a Lei de Execução Penal, (Lei nº. 7.210/84), as Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, dentro e fora dos estabelecimentos penais, prestados pelo seguinte órgão:
- a) Ordem dos Advogados do Brasil.
 - b) Assistência Jurídica Municipal.
 - c) Defensoria Pública.
 - d) Ministério Público Estadual.

JUSTIFICATIVA (Prof. Mário Albuquerque)

Interpretação da Constituição Federal combinada com a Lei de Execução Penal.

32. César, sabendo que sua filha fora violentada momentos antes por Mário, parte ao seu encalço, levando consigo o seu amigo Joaquim. Ambos armam uma emboscada e matam Mário, ateando fogo em suas vestes. Os crimes praticados por César e Joaquim são, respectivamente,
- a) homicídio privilegiado e homicídio privilegiado.
 - b) homicídio privilegiado qualificado e homicídio privilegiado qualificado.
 - c) homicídio qualificado e homicídio privilegiado.
 - d) homicídio privilegiado qualificado e homicídio qualificado.

JUSTIFICATIVA (Prof. Ionilton Vale)

Cesar praticou o crime de homicídio privilegiado qualificado (art. 121, §§ 1º e 2º, do CP), considerando o motivo (relevante valor moral) e a maneira de execução (emboscada). É possível a conjugação da forma privilegiada como qualificadora, quando a qualificadora for uma circunstância objetiva (tempo, lugar ou maneira de execução). O motivo de relevante valor moral, por não ser elementar, não pode se estender ao agente que colabora para o crime.

33. Analise as seguintes afirmativas.

- I. O homicídio é qualificado quando cometido, entre outras, nas seguintes situações: mediante paga ou

promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; por motivo fútil; para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime.

- II. Segundo o art. 123 do Código Penal, infanticídio é matar, sob influência do estado puerperal, o próprio filho, logo após o nascimento ou no período de até 15 (quinze) dias após o parto.
- III. A lesão corporal é considerada de natureza grave quando resulta em incapacidade para as ocupações habituais por período superior a trinta dias; perigo de vida; debilidade permanente de membro, sentido ou função; aceleração do parto.
- IV. Se o agente comete o crime de lesão corporal impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob razoável influência emocional, logo em seguida à injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Assinale a alternativa correta.

- a) Todas as afirmativas são verdadeiras.
- b) Somente a afirmativa IV é verdadeira.
- c) Somente as afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas I e II são verdadeiras.

JUSTIFICATIVA (Prof. Ionilton Vale)

As afirmativas I e III transcrevem as qualificadoras do homicídio (art. 121 § 2º) e da lesão corporal (art. 129, § 1º) expostas no Código Penal. Já na alternativa II, há um erro quanto as circunstâncias objetivas do crime de infanticídio, previsto no art. 123 do Código Penal. Não há que se falar em infanticídio, e sim homicídio, quando a conduta do agente for praticada 15 dias após o parto, pois o tipo penal exige a circunstância de tempo “durante o parto ou logo após”. No item IV, o erro está na expressão “razoável influência emocional”, pois a causa de diminuição de pena do art. 129, § 1º, do Código Penal, esta condicionada ao fato de o agente agir sob “violenta emoção”. Nas lições do Professor Rogério Greco, em seu Curso de Direito Penal (impetus), explica-se que “a injusta provocação levada a efeito pela vítima fez com que o agente perdesse a sua capacidade de autocontrole, levando-o a praticar o ato extremo”.

34. Em tema de crime contra a honra, analise os itens a seguir.

- I. A calúnia e a difamação distinguem-se da injúria porque, nas duas primeiras, há imputação de fato desonroso enquanto, na última, há mera atribuição de qualidade negativa ao ofendido.
- II. A difamação caracteriza-se pela imputação falsa de fato definido como crime.
- III. A calúnia e a difamação ofendem a honra objetiva da vítima, ao passo que a injúria atinge a honra subjetiva.
- IV. Na injúria há imputação de fato ofensivo à dignidade ou ao decoro da vítima.

- V. Para caracterizar a calúnia, o fato imputado não precisa ser criminoso, bastando que seja fato e ofensivo à reputação da vítima.

É correto o que consta apenas em

- a) I, II e IV.
- b) I e III.
- c) II, IV e V.
- d) IV e V.
- e) III, IV e V.

JUSTIFICATIVA (Prof. Ionilton Vale)

A difamação caracteriza-se pela imputação de qualquer fato, exceto aqueles definidos como crime, pouco importando a veracidade ou a falsidade da imputação. No crime de injúria não há imputação de fato, mas sim de qualidade negativa que atinja a dignidade ou decoro da vítima. Havendo imputação de fato, poderá configurar calúnia ou difamação. Os crimes de calúnia e difamação atingem a honra objetiva, porque afetam o que os outros pensam da vítima (honra objetiva), ao passo que o crime de injúria atinge o que a vítima pensa de si mesma (honra subjetiva). Para a caracterização do crime de calúnia é indispensável que o fato seja criminoso.

35. No crime de furto mediante fraude, previsto no art. 155, § 4º, II, 2ª figura, do Código Penal,
- a) o agente obtém a posse da coisa, pois esta lhe é transferida pela vítima por ter sido induzida em erro.
 - b) a fraude antecede o apossamento da coisa e a causa de sua entrega ao agente pela vítima.
 - c) a fraude é empregada para iludir a atenção ou vigilância do ofendido que nem percebe que a coisa lhe está sendo subtraída.
 - d) configura-se o delito se o agente se faz passar por pessoa autorizada pela vítima para retirar aparelho deixado por esta em oficina.

JUSTIFICATIVA (Prof. Ionilton Vale)

No crime de furto mediante fraude, o agente emprega a fraude para escapar da vigilância, facilitando a subtração. Quando o meio fraudulento for usado para que a vítima, de boa-fé, entregue o bem ou de vantagem, estaremos diante do crime de estelionato (art. 171 do CP).

36. Esperto e Ratinho entraram em uma residência durante a noite, ambos portando armas, com o manifesto escopo de roubar. Os donos da casa acordaram, tendo o dono reagido, afirmando que dali nada levariam. Foi o quanto bastou para que Esperto deflagrasse um tiro, cujo projétil causou a morte do filho do casal, que dormia no mesmo aposento e que, ouvindo vozes, acordou e se encaminhou em direção ao pai. Esperto e Ratinho fugiram sem nada levar. O fato descrito corresponde ao crime de
- a) roubo próprio tentado.
 - b) roubo qualificado pelo resultado.

- c) roubo próprio consumado.
- d) tentativa de roubo qualificado.

JUSTIFICATIVA (Prof. Ionilton Vale)

O fato acima está previsto no art. 157, § 3º, 2ª parte, do Código Penal, intitulado pela Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) como crime de latrocínio, que significa roubo qualificado pelo resultado morte. Para esse delito, é indiferente que o agente tenha causado a morte de pessoa diversa daquela atingida em seu patrimônio. O fundamental é que exista relação de causalidade entre a violência dirigida a subtração e a morte. O fato de os agentes terem fugido sem nada levar é irrelevante para a consumação do delito, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, constante na Súmula nº 610: "Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima."

37. Em relação ao inquérito policial, é correto afirmar que
- a) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
 - b) o ofendido poderá requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
 - c) poderá ser iniciado, por requerimento do Ministério Público, nos crimes de ação penal privada.
 - d) deverá ser encerrado em cinco dias, estando o indiciado preso.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

Sendo o inquérito policial essencialmente inquisitorial não está a autoridade policial vinculada ou obrigada a acatar pedido de diligência feito pelo ofendido, podendo fazê-lo caso entenda útil e necessária.

38. No que tange à ação penal, assinale a alternativa correta.
- a) Na hipótese de ação penal privada subsidiária pública, se considerará premissa a ação penal quando o querelante deixar de promover, injustificadamente, o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
 - b) O ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que foi realizado o fato.
 - c) Em crimes de ação penal pública condicionada, o direito de representação é personalíssimo, pois deverá ser realizado pessoalmente pelo ofendido, mediante declaração, escrita ou oral, feita ao juiz, ao órgão do Ministério Público, ou à autoridade policial.
 - d) Nos moldes do CPP, a queixa, ainda quando a ação penal for privativa do ofendido, poderá ser aditada pelo Ministério Público. Nesse caso, o prazo para o aditamento será de 3 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

Mesmo havendo dúvidas sobre a recepção de tal dispositivo pela Constituição de 1988, o art. 46, §1º dispõe de forma expressa a possibilidade de o MP aditar a queixa. Como o item faz menção expressa ao CPP deve ser aplicado tal entendimento.

39. Joaquim e Marcos estão sendo processados pela prática do delito de receptação simples. Caso
- a denúncia também lhes imputasse, em conexão, o delito de roubo, a competência para processá-los e julgá-los seria do juízo onde praticada a receptação, por ser o último ato de execução.
 - não houvesse sido observada eventual competência penal por prevenção, a nulidade seria absoluta, de acordo com entendimento sumulado.
 - a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática de furto simples, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar onde houvesse ocorrido o maior número de infrações.**
 - a denúncia também lhes imputasse, em conexão, a prática do delito de contrabando, a competência para processá-los e julgá-los seria a do lugar da infração à qual for cominada a pena mais grave.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

É o que dispõe o art. 78, II, b do Código de Processo Penal.

40. Quanto à competência no processo penal, é incorreto afirmar:
- Se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, haja ou não alegação da parte.
 - Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a incompetência do juízo anula somente os atos decisórios.
 - De acordo com o Código de Processo Penal, nos casos de conexão e continência, será obrigatória a separação dos processos quando, pelo excessivo número de acusados, houver risco de que seja prolongada a prisão provisória de um deles.**
 - Há conexão intersubjetiva por reciprocidade quando, ocorrendo duas ou mais infrações penais, houverem sido praticadas por várias pessoas umas contra as outras.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

A hipótese de conexão ou continência de feitos por eventual reflexo na prisão cautelar dos réus não está prevista no CPP.

41. A respeito da prisão, segundo o CPP e o entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.
- A prisão preventiva justifica-se caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal

ou a aplicação da lei penal, quando houver prova de autoria, de acordo com o CPP.

- A prisão cautelar deve ser considerada exceção, uma vez que, por meio dessa medida, priva-se o réu de seu *jus libertatis* antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado.**
- A prisão preventiva, enquanto medida de natureza cautelar, pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu.
- A prisão cautelar confunde-se com a prisão penal, objetivando infligir punição àquele que sofre a sua decretação, embora se destine a atuar em benefício da atividade estatal desenvolvida no processo penal.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

A prisão cautelar é medida excepcional sendo utilizada apenas em caso extremos, sobretudo em face do princípio da presunção do estado de inocência.

42. Em relação à prisão temporária, à prisão preventiva e às medidas cautelares alternativas à prisão, é correto afirmar:
- Somente será admitida fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.
 - Quando o acusado estiver no território nacional, fora da jurisdição do juiz processante, será deprecada sua prisão preventiva, devendo constar da precatória o inteiro teor do mandado.**
 - As medidas cautelares alternativas à prisão não podem ser aplicadas cumulativamente, em razão da proporcionalidade e da proibição de excesso.
 - A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização do Delegado de Polícia.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

A expedição de carta precatória faz-se necessária para a realização da prisão quando a mesma não será realizada no espaço geográfico onde o juízo tem exercício de seu poder jurisdicional.

43. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal,
- no plenário do júri, os jurados, por meio do juiz presidente, podem formular perguntas às testemunhas, mas não ao ofendido.
 - na inquirição das testemunhas arroladas pela defesa no plenário do júri, o defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público e do assistente.**
 - no procedimento comum ordinário, as perguntas serão formuladas pelas partes diretamente ao interrogando, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação

com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida, e o juiz poderá completar a inquirição somente sobre os pontos não esclarecidos.

- d) a expedição de carta precatória suspende a instrução criminal.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

Sempre que a testemunha foi indicada pela defesa é esta que deverá fazer suas perguntas logo após a realização dos questionamentos do juízo e antecedendo as da acusação.

44. Com relação ao *habeas corpus* e ao inquérito policial, segundo entendimento do STJ, assinale a alternativa correta.

- a) O *habeas corpus* pode ser utilizado para trancar o inquérito policial quando restar provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a atipicidade dos fatos.
- b) Como regra, o *habeas corpus* serve para o trancamento de inquérito policial.
- c) O rito do *habeas corpus* prescinde de prova pré-constituída do direito alegado, não necessitando a parte de demonstrar, por meio de documentos que evidenciem a pretensão aduzida, a existência de constrangimento ilegal.
- d) É inadmissível a utilização do *habeas corpus* para o trancamento de inquérito policial quando restar provada, inequivocamente, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, a ausência de indícios de autoria ou de prova da materialidade do delito.

JUSTIFICATIVA (Prof. Rafael Mota)

O uso do Habeas Corpus para trancamento do inquérito policial é possível porém apenas em situações extremas já que o mesmo representa a fase mais embrionária da persecução criminal, podendo ocorrer em hipóteses como a atipicidade do fato ou mesmo a ocorrência de extinção de punibilidade.

45. Analise os três itens a seguir:

- I. A criação do Direito, inclusive do Direito do Trabalho, advém de dois processos: o heterônomo e o autônomo, que, por sinal, correspondem, respectivamente, a dois seguimentos diversos: o do chamado Direito necessário e o do Direito voluntário. Na heteronomia, as normas pertencem ao Direito voluntário e se situam em uma esfera de liberdade na qual os que querem obrigar-se com reciprocidade podem fazê-lo livremente. O segundo processo estabelece um conjunto de preceitos obrigatórios, impostos pela vontade do Estado, independentemente de qualquer emissão volitiva dos contratantes, e se aplica indistintamente a todos os

que se encontrarem na situação fática prevista em lei.

- II. Em razão dos avanços tecnológicos e da revolução da automação, novas figuras, tendo como objeto a prestação de serviço subordinado, advêm no cenário nacional e internacional como *job-sharing* (ou partilha de emprego). Verificado, sobretudo, nos EUA, Canadá e Reino Unido, o *job-sharing* consiste na repartição de um posto de trabalho a tempo completo e de um só salário por dois ou mais trabalhadores, que, assim, dividem tarefas, responsabilidades e benefícios sociais, segundo um cálculo proporcional. O *job-sharing* está, de certo modo, presente no Direito do Trabalho brasileiro, pois dele se aproxima o instituto do trabalho a tempo parcial (*part time*), previsto no art. 58-A, da Consolidação das Leis do Trabalho.
- III. O atual perfil do modelo de produção, em progressiva escala global de padronização, apresenta uma série de inovações que também repercute na forma de ser do trabalho. Outrora, quanto maior a empresa, melhor (*the big is beautiful*). A produção inspirada no método japonês volta-se exclusivamente para a demanda, mostrando-se variada, diversificada e pronta para suprir as necessidades do consumidor, que determina o que será produzido, o que implica na existência de um estoque mínimo. O *just in time* garante o melhor aproveitamento possível do tempo de produção, incluindo-se o transporte, o controle de qualidade e o estoque, assim como o método chamado de *kanban* demonstra a necessidade de reposição de peças e produtos. Nesse modelo, o trabalho também se transforma, exigindo-se do trabalhador habilidades para desenvolver múltiplas funções.

Diante desses textos, assinale a assertiva correta.

- a) O item I está incorreto.
- b) Os itens II e III estão incorretos.
- c) Apenas o item III está incorreto.
- d) Todos os itens estão corretos.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Trata-se de questão adaptada do concurso 2010 do TRT da 21ª Região para Magistratura do Trabalho. O Item I está incorreto porque confundiu o conceito de normas autônomas e heterônomas. As fontes autônomas são produzidas pelas partes diretamente interessadas, ou seja, pelos próprios destinatários da norma.

46. Em relação à concessão de auxílio-doença ao empregado, é correto afirmar:

- a) Durante os primeiros 15 dias de afastamento da atividade, em face da suspensão do contrato de trabalho, caberá ao empregador o pagamento do salário integral do empregado.

- b) Durante os primeiros 30 dias de afastamento da atividade, em face da suspensão do contrato de trabalho, caberá ao empregador o pagamento do salário integral do empregado.
- c) Durante os primeiros 30 dias de afastamento da atividade, em face da interrupção do contrato de trabalho, caberá ao empregador o pagamento do salário integral do empregado.
- d) Durante os primeiros 15 dias de afastamento da atividade, em face da interrupção do contrato de trabalho, caberá ao empregador o pagamento do salário integral do empregado.

JUSTIFICATIVA (Prof. Pedro Jairo)

O afastamento remunerado é hipótese de interrupção contratual e o prazo foi fixado em 30 dias (antes era de 15 dias) pela MP 664 de 12/2014, alterando o art. 60, §3º da L. 8213/91.

47. Quanto à redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, é correto afirmar:
- a) As condições caracterizadoras do “trabalho escravo”, constantes no art. 149 do CP, podem ser afastadas a partir de negociação coletiva.
 - b) As condições caracterizadoras do “trabalho escravo”, constantes no art. 149 do CP, podem ser atenuadas, em caso de anuência do empregado, já que ficaria descaracterizado o trabalho forçado.
 - c) Na análise das condições degradantes de trabalho, caracterizadoras do “trabalho escravo” e constantes no art. 149 do CP, devem ser levados em conta os aspectos culturais que distinguem cada região do Brasil.
 - d) Em recente alteração do art. 243 da CF, foi estabelecido que as propriedades urbanas e rurais onde for flagrada exploração de “trabalho escravo” serão expropriadas.

JUSTIFICATIVA (Prof. Pedro Jairo)

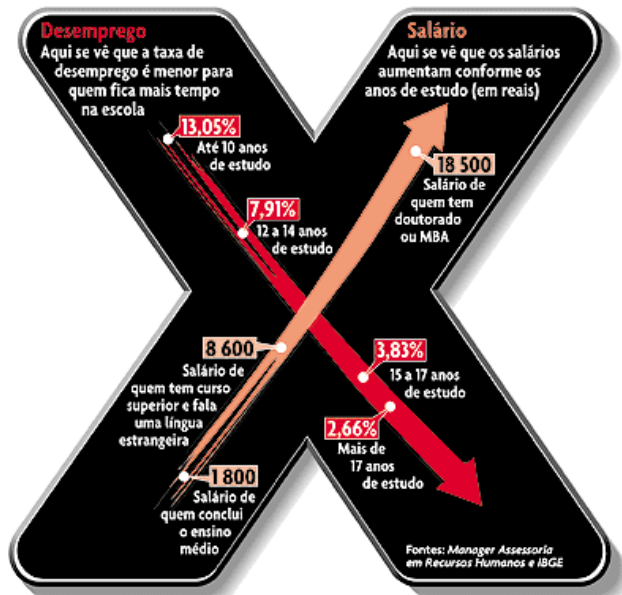
Conforme novo texto do art. 243 trazido pela Emenda 81/2014.

48. Observe o trecho da reportagem “Educação é o X da questão”:
- O xis da questão é que a maioria dos brasileiros não está preparada para participar da festa do mundo globalizado. O País conseguiu avanços dignos de nota, mas ainda tem enormes desafios pela frente. Só 11% dos jovens em idade de frequentar a universidade estão matriculados. É um padrão muito baixo até entre os vizinhos latinos. Na Argentina e no Chile, esse índice é de 30%. Entre os trabalhadores brasileiros, 65% só chegaram até os primeiros quatro anos do ensino fundamental, que é concluído em oito anos. “Os países estão produzindo riqueza, gerando inovações”, diz o economista José Alexandre Scheinkman, de Princeton.

“E inovações são geradas por gente educada”, completa.

Disponível em: <http://ead.uepb.edu.br/>.
Acesso em: 13 de maio de 2015 (adaptado).

Ainda sobre a reportagem, observe o seguinte infográfico:



De acordo com o texto e o infográfico, a expressão “x da questão” refere-se

- a) à influência que o ensino de língua estrangeira nas escolas tem exercido na vida profissional dos indivíduos.
- b) aos questionamentos que são feitos acerca da quantidade mínima de anos de estudo que os indivíduos precisam para ter boa educação.
- c) à redução da taxa de desemprego em razão da política atual de controle da evasão escolar e de aprovação automática de ano de acordo com a idade.
- d) às oportunidades de melhoria salarial que surgem à medida que aumenta o nível de escolaridade dos indivíduos.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

A questão envolve análise sobre a relação entre capacitação e melhoria salarial através da interpretação do gráfico indicado.

49. Como estagiário, você foi solicitado a analisar dois acordos coletivos para emitir parecer sobre sua legalidade. O primeiro acordo coletivo institui vantagem que condiciona a percepção da parcela de participação nos lucros e resultados ao fato de estar o contrato de trabalho em vigor na data prevista para a distribuição dos lucros. O segundo acordo coletivo elastece o limite de 5 minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras.
- Indique a resposta correta.
- a) Os dois acordos coletivos são inválidos.
 - b) Os dois acordos coletivos são válidos.

- c) Apenas o primeiro acordo coletivo é válido.
- d) Apenas o segundo acordo coletivo é válido.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Os dois acordos são inválidos conforme Súmulas 449 e 451 do TST.

50. Sobre a nova ótica temporal do FGTS, definida pelo STF, é correto afirmar:
- a) A prescrição deve ser superior ao tempo médio dos direitos trabalhistas, visto ser a “poupança” segurança financeira do trabalhador demitido sem justa causa.
 - b) A alegação de ausência dos depósitos na conta vinculada se prova com o extrato analítico emitido pela CEF, podendo ser questionada nos últimos 8 anos.
 - c) Pode o trabalhador, a qualquer tempo, requerer o pagamento dos últimos 5 anos da relação laboral, diretamente a ele, trabalhador.
 - d) **É de se observar a obrigatoriedade dos depósitos fundiários, cuja possibilidade de exigência, caso não feitos, prescreve em 5 anos.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Adriano Pascarelli)

Esse é o mais recente entendimento da corte máxima do País.

51. Leia trecho da notícia a seguir:

MT: mãe dá à luz quadrigêmeos e morre 24h depois do parto

Quadrigêmeos recém-nascidos prematuros perderam a mãe 24 horas após o parto, em uma clínica maternidade em Cuiabá (MT), e agora precisam de leite materno urgente. A família, mesmo em um momento de tristeza, está articulando uma campanha, que ganhou força nas redes sociais, de doação de leite.

Benjamim, Samuel, Isaque e Ester, que nesta terça-feira (10) completam quatro dias de vida, passam bem, apesar do baixo peso, de acordo com informações do lactário da Clínica Femina, onde as crianças estão internadas desde sábado, dia do parto. No domingo, a mãe faleceu de hemorragia. Os médicos tentaram salvá-la em uma cirurgia de urgência, mas não conseguiram.

Rosângela, que era assistente administrativo, foi sepultada no final da tarde desta segunda-feira (9). O marido dela postou no *Facebook* uma foto com a mulher, antes do parto, mostrando todo o grande enxoval dos quadrigêmeos que fizeram. Muita fralda, roupinhas e sapatinhos. Na hora do nascimento, fez *selfie* com a mulher e os quatro filhos. (...)

Trecho de notícia publicada no *site* www.noticias.terra.com.br.

Indique a assertiva incorreta.

- a) Em caso de morte da genitora, é assegurado ao marido empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe.
- b) Nos casos em que uma mãe possui quadrigêmeos, o período de licença-maternidade é o mesmo de uma mãe que possui um único filho.
- c) A estabilidade da gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, nos casos em que ocorrer o falecimento da genitora, será assegurada a quem detiver a guarda do seu filho.
- d) **No caso concreto, em ocorrendo o falecimento do(s) filho(s), o direito de licença ao marido persiste e deve ser pago diretamente pelo empregador.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

A Questão aborda regra da licença gestante remanescente (ou derivada) prevista no art. 392-B da CLT e LC 146/2014. A assertiva D está incorreta por dois motivos: No caso do falecimento do filho, não gera licença-gestante remanescente e quem paga essa licença é diretamente o INSS e não o empregador.

52. O vale-cultura permite ao trabalhador comprar ingressos de teatro, cinema, museus, espetáculos, *shows*, circo, CDs, DVDs, livros, revistas, jornais ou pagar mensalidades de cursos de audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura, teatro, entre outras atividades culturais. O benefício é concedido pelo empregador aos seus trabalhadores com vínculo empregatício formal com empregador por meio de um cartão magnético pré-pago, válido em todo o território nacional, no valor de R\$ 50,00 mensais. Indique a assertiva correta quanto à natureza do benefício do vale-cultura.
- a) O vale-cultura é salário, assim como os valores relativos a matrícula, mensalidade livros e materiais didáticos de educação fornecidos pelo empregador.
 - b) O vale-cultura é salário, assim como alimentação, habitação e outras prestações *in natura* que a empresa fornecer habitualmente ao empregado.
 - c) **O vale-cultura não é salário, assim como não tem natureza salarial a assistência médica prestada diretamente ou mediante seguro-saúde.**
 - d) O vale-cultura não é salário, assim como não possui natureza salarial o vale para a refeição.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Resposta fundamentada no art. 458 da CLT, de modo que o vale-cultura não tem natureza salarial.

53. Um sindicato dos empregados no Ceará entabulou convenção coletiva contemplando diversos direitos para os trabalhadores, dentre os quais a entrega de uma

cesta básica mensal. Porém, logo após, iniciou-se divergência sobre a quantidade e a qualidade dos produtos que deveriam integrar a referida cesta básica, tendo o sindicato dos empregados decidido ajuizar ação na Justiça do Trabalho.

Sobre essa ação, assinale a assertiva correta.

- a) A ação deve ser ajuizada em uma Vara do Trabalho de Fortaleza.
- b) A ação é um dissídio coletivo que deve ser ajuizado no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e prescinde da exigência do comum acordo entre as partes para o ajuizamento.
- c) A ação é um dissídio coletivo que deve ser ajuizado no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e necessita da exigência do comum acordo entre as partes para o ajuizamento.
- d) A ação é um dissídio coletivo e deve ser ajuizado na Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Por se tratar de um dissídio de natureza jurídica o dissídio coletivo do caso concreto prescinde do “comum acordo” previsto no parágrafo segundo do art. 114 da Constituição Federal.

54. Sobre a produção da prova no processo do trabalho,

- a) o empregador deve provar o que alega, sem que se possa transferir esse ônus ao empregado, mesmo que por ato processual desse último, em vistas da hipossuficiência do trabalhador.
- b) em matéria trabalhista, o ônus de provar sempre pode ser invertido em favor do menos favorecido que, normalmente, é o trabalhador, sendo usado o CDC por analogia.
- c) não é possível a inversão do ônus da prova em matéria trabalhista, em face de qualquer direito suscitado pelo trabalhador, em homenagem aos princípios processuais trabalhistas e cíveis.
- d) a desconsideração da personalidade jurídica pode ser feita por simples petição e em qualquer momento processual, visto a simplicidade do feito trabalhista.

JUSTIFICATIVA (Prof. Adriano Pascarelli)

A inversão do ônus da prova no processo do trabalho não é automática, seguindo a regra geral do CPC. Nos momentos onde a mesma se opera, existem motivos plausíveis para tanto, assim como bem observado pela Jurisprudência nessa matéria.

55. Analise o seguinte acórdão do Tribunal Superior do Trabalho:

Ementa: AGRADO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Constatada violação direta de dispositivo de lei federal (art. 71, § 1.º, da Lei n.º 8.666/93), merece ser processado o Recurso de

Revista, nos termos do art. 896, -c-, da CLT. Agravo de Instrumento provido. RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Para que seja autorizada a responsabilidade subsidiária da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada conforme o disposto na Lei n.º 8.666/93, deve ser demonstrada a sua conduta omissiva no que se refere à fiscalização do cumprimento das obrigações relativas aos encargos trabalhistas. Não estando comprovada a omissão culposa do ente em relação à fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas, não há de se falar em responsabilidade subsidiária. Recurso de Revista conhecido e provido.

TST - RECURSO DE REVISTA RR 5717920125020030 (TST).

Data de publicação: 20/02/2015.

Conforme jurisprudência dominante e de acordo com a ementa acima, é correto afirmar:

- a) No que concerne à responsabilização da administração pública pelo inadimplemento das verbas trabalhistas em terceirização trabalhista, vigora, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, a tese de que a administração só pode ser responsabilizada quando agir com culpa in vigilando, não podendo ser aplicada, como regra, a tese da culpa in eligendo.
- b) No que concerne à responsabilização da administração pública pelo inadimplemento das verbas trabalhistas, tanto o empregador quanto o ente público podem ser demandados simultaneamente para o pagamento da integralidade da dívida.
- c) Nos casos de terceirização, assim como nos casos de grupo econômico, o responsável que não participou da relação processual como reclamado e que, portanto, não consta no título executivo judicial como devedor não pode ser sujeito passivo na execução.
- d) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com ente da Administração Pública, contudo, conforme jurisprudência dominante, não é possível a alegação do princípio da isonomia como forma de garantir aos empregados terceirizados as mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, mesmo que presente a igualdade de funções, visto se tratar de contratos de trabalhos distintos.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Na ADC 16, o STF decidiu que a mera inadimplência do contratado não poderia transferir à Administração Pública a responsabilidade pelo pagamento dos encargos, salvo se reconhecida a omissão da Administração Pública, na

obrigação de fiscalizar as obrigações do contratado. A atual redação da S. 331 do TST confirma esse entendimento.

56. Analise o seguinte acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região:

Ementa: TRT-PR-12-11-2010 RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO. CABIMENTO. FISCALIZAÇÃO PELA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. AMEAÇA DE LESÃO INEXISTENTE. Hipótese em que o impetrante requer tutela preventiva para eventual autuação pelo funcionamento do estabelecimento comercial aos domingos, bem como feriados civis e religiosos. A autuação administrativa resulta apenas em imposição de multa, cuja legalidade pode ser discutida perante o órgão público ou em ação judicial específica. A fiscalização, em si, insere-se no âmbito de competência das Delegacias Regionais do Trabalho, a exemplo do art. 75 da CLT. A prevenção pleiteada extrapola os estreitos limites do mandado de segurança, destinado a situações concretas ou iminentes, não a teses e hipóteses fáticas ou jurídicas, razão pela qual é incabível o mandamus, devendo o processo ser extinto sem julgamento do mérito.

TRT-9 - 2173200769909 PR 2173-2007-69-9-0-9 (TRT-9).

Data de publicação: 12/11/2010.

Conforme jurisprudência dominante e de acordo com essa ementa, é correto afirmar:

- a) O presente recurso ordinário poderá ser manejado sem a assistência de advogado, já que as partes podem acompanhar suas demandas pessoalmente até o TRT.
- b) Caberá condenação em honorários advocatícios em Mandado de Segurança.
- c) **Esse acórdão confirma que é possível o Mandado de Segurança ser julgado originalmente em uma Vara do Trabalho.**
- d) O Mandado de Segurança em face de ato praticado por desembargador do Tribunal Regional do Trabalho será julgado originalmente pelo Tribunal Superior do Trabalho.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Por se tratar de MS em face dos órgãos de fiscalização do trabalho, é competência da Vara do Trabalho, conforme art 114 IV e VII da CF/88. Não cabe condenação em honorários advocatícios (art 25 L. 12016 c/ S. 512 do STF). Não cabe jus postulandi (S. 425 do TST) . O MS de atos do TRT é julgado pelo próprio Tribunal.

57. Não é cabível Recurso de Revista

- a) do acórdão proferido em grau de recurso ordinário ou de agravo de petição do TRT.
- b) **acórdão regional proferido em agravo de instrumento.**
- c) da decisão interlocutória do Tribunal Regional do Trabalho que contraria Súmula ou OJ do TST.

- d) em nenhuma decisão decorrente de agravo interno ou regimental.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

A resposta é a letra B em conformidade com a Súmula 218 do TST. É cabível Recurso de Revista em grau de Recurso Ordinário e agravo de petição conforme art. 896 da CLT. Cabe Recurso de Revista da decisão interlocutória que contraria Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST, em razão da exceção da S. 214 do TST. Cabe Recurso de Revista de decisão decorrente de agravo interno e regimental quando decorrerem de um Recurso Ordinário ou Agravo de Petição.

58. Determinado sindicato com base territorial nos estados de Pernambuco (TRT da 6ª Região) e Ceará (TRT da 7ª Região) estava realizando desconto assistencial dos trabalhadores não sindicalizados. O Ministério Público do Trabalho pretende ajuizar ação civil pública em face da referida medida. Sabe-se que a competência para a ação civil pública fixa-se pela extensão do dano ou ameaça de dano. Pergunta-se: Em caso de dano de abrangência suprarregional, qual é a vara do trabalho competente para julgar a referida ação civil pública?

- a) A competência é do Tribunal Superior do Trabalho, visto que o dano abrange mais de um TRT.
- b) **Em caso de dano de abrangência regional, que atinge cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.**
- c) Já que se trata de dano de âmbito suprarregional, o foro é o do Distrito Federal.
- d) Trata-se de ação de competência funcional de Tribunal, sendo competente o TRT da 7ª Região ou TRT da 6ª Região, de modo que estará prevento o Tribunal a que a primeira ação houver sido distribuída.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

A questão está em conformidade com a nova redação da OJ 130 da SDI-2 .

59. Chico Albuquerque ajuíza ação contra a sua ex-empregadora – Limpafácil Microempresa – e contra a sociedade empresária tomadora dos serviços – Matos e Matos Construções. Postula as verbas trabalhistas, desejando a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, visto que essa era tomadora de serviço. Na audiência inicial, ambas as sociedades empresárias se fazem representar por estagiários de administração e são assistidas por advogados, que portam defesa e procuração. Em razão desse fato, o advogado de Chico Albuquerque requereu a revelia de ambas as litisconsortes.

Diante do caso acima, indique a assertiva correta.

- a) A Limpafácil não deve ter a revelia decretada.
- b) A Matos e Matos Construções não deve ter a revelia decretada.
- c) As duas reclamadas devem ter as suas revelias decretadas.
- d) Nenhuma reclamada deve ser revel nesse caso.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

A microempresa, pode se fazer representar por qualquer pessoa, conforme Súmula 377 do TST e Art. 54 da Lei Complementar 123/06.

60. Patrick, estrangeiro, executivo com salário elevado, não beneficiário de gratuidade de justiça, ajuizou ação em face de sua empregadora, Mineração Ltda. Arrolou como testemunha seu colega de trabalho, também estrangeiro, Paul. Contudo, a testemunha não fala português, apenas se comunicando no idioma alemão. Em havendo despesa processual com o depoimento da testemunha, a quem caberá o pagamento?
- a) À União.
 - b) A Patrick.
 - c) À Mineirão Ltda.
 - d) Ao Estado alemão.

JUSTIFICATIVA (Prof. Paulo Rogério)

Trata-se de adaptação de questão da 2ª fase de Direito do Trabalho do XVI Exame da Ordem. O pagamento dos honorários do intérprete correrá por conta da parte autora interessada conforme art. 819, § 2º, da CLT.

61. Sobre a diretiva antecipada de vontade, também conhecida como testamento vital, pode-se afirmar que se trata de ato jurídico que **não** tem essa característica
- a) **post mortem.**
 - b) personalíssimo.
 - c) sob condição.
 - d) revogável.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Trata-se de ato praticado em vida, com eficácia submetida a evento futuro e incerto, qual seja, a sujeição do indivíduo a situação de internamento hospitalar.

62. Não é elemento acidental dos negócios jurídicos
- a) termo.
 - b) modo.
 - c) condição.
 - d) **objeto.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Vander Chaves)

O objeto é essencial a qualquer negócio jurídico. Os demais elementos indicados na questão são eventuais, encontrando-se previstos a partir do art. 121 do Código Civil.

63. Sobre o contrato preliminar, é correto afirmar:
- a) Consiste nas negociações que antecedem qualquer relação contratual.
 - b) O seu registro propicia a transferência da propriedade, desde que o contrato seja referente a bens imóveis.
 - c) Deverá ser celebrado na mesma forma exigida pela lei em relação ao contrato definitivo.

- d) **Pode servir de fundamento para um pedido de adjudicação compulsória.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Vander Chaves)

A adjudicação compulsória embasada no contrato preliminar é admitida pelos arts. 464 e 1.418 do Código Civil e pelo art. 466-B do Código de Processo Civil, entre outros dispositivos legais.

64. Sobre a classificação da posse, é correto afirmar:
- a) **Depois de cessada a violência utilizada para a obtenção da coisa, o esbulhador torna-se possuidor injusto.**
 - b) Ao subtrair coisa alheia, o indivíduo torna-se possuidor direto dela.
 - c) A posse *ad usucapionem* configura-se independentemente da presença do *animus domini*.
 - d) A composses não é admitida no direito brasileiro.

JUSTIFICATIVA (Prof. Vander Chaves)

Depois de cessada a violência, nasce a posse injusta do invasor (arts. 1.200 e 1.208 do Código Civil).

65. Acerca das pessoas naturais e das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.
- a) Termina a personalidade da pessoa natural com a morte e, assim, cessam definitivamente todos os seus direitos da personalidade.
 - b) **A distinção entre fundações públicas e privadas decorre da forma como elas foram criadas, da opção legal pelo regime jurídico a que elas se submetem, da titularidade de poderes e também da natureza dos serviços por elas prestados.**
 - c) As associações, as sociedades e as fundações são classificadas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito público interno.
 - d) A regra de que a pessoa jurídica não se confunde com os sócios que a compõem, nem se confundem os respectivos patrimônios, tem previsão expressa no novo Código Civil.

JUSTIFICATIVA (Prof. Leandro Macedo)

Letra a) errada. O art. 12, parágrafo único, do Código Civil resguarda os direitos da personalidade do morto.

Letra b) correta. Há fundações de direito público e de direito privado, cuja distinção decorre da forma como elas foram criadas, da opção legal pelo regime jurídico a que elas se submetem, da titularidade de poderes e também da natureza dos serviços por elas prestados

Letra c) errada. Segundo o art. 44 do Código Civil, as associações, as sociedades e as fundações são classificadas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito privado.

Letra d) errada. Ao contrário do Código Civil de 1960, a regra de que a pessoa jurídica não se confunde com os sócios que a compõem nem se confundem os respectivos patrimônios tem previsão expressa no novo Código Civil.

66. Ao tratar da solidariedade passiva, é correto afirmar:
- a) A remissão, exoneração da obrigação, só pode ocorrer com a anuência de todos os outros devedores.
 - b) A renúncia, exoneração da obrigação, só pode ocorrer com a anuência de todos os outros devedores.
 - c) **A renúncia, exoneração da solidariedade, não livra o exonerado de pagar pelo insolvente.**
 - d) A remissão, exoneração da solidariedade, não livra o exonerado de pagar pelo insolvente.

JUSTIFICATIVA (Prof. Marcelo Siqueira)

Conforme disposto no artigo 282, cumulado com o artigo 284 do Código Civil.

67. Considerando as consequências pelo inadimplemento das obrigações ocorrido após a vigência do Código Civil de 2002 e a possibilidade de cumulação das sanções, aponte o item que possua a afirmação verdadeira.
- a) Os juros moratórios legais só poderão ser cobrados à base de 1% a.m., sob pena de contravenção penal, sem prejuízo da aplicação da taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).
 - b) Convencionado a cláusula penal moratória, fica proibida em definitivo a cobrança de perdas e danos, mesmo que comprovado que a multa é inferior ao dano.
 - c) As arras confirmatórias são uma espécie de cláusula penal compensatória.
 - d) **Quando se estipular a cláusula penal para o caso de total inadimplemento da obrigação, esta se converterá em alternativa a benefício do credor, sendo que o valor da cominação imposta não pode exceder em regra o da obrigação principal, respeitando os casos específicos.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Marcelo Siqueira)

A letra "a" é falsa, pois existe corrente doutrinária e jurisprudencial defendendo a aplicação da SELIC, em conformidade com o artigo 406 do CC. Além do mais não se pode cumular a alíquota de 1% com taxa SELIC; A letra "b" é falsa em conformidade com o artigo 416, parágrafo único do CPC; A letra "c" é falsa, pois, a multa só é devida em caso de inadimplemento; A letra "d" é verdadeira em conformidade com a disposição do artigo 410 e 412, ambos do CC.

68. Na sucessão dos ascendentes,
- a) **não haverá direito de representação.**
 - b) não haverá direito de transmissão.
 - c) haverá sucessão em tantas estirpes quantos sejam os avós.
 - d) haverá sucessão em três estirpes, se concorrerem dois avós paternos e um materno.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

O direito de representação dá-se na linha reta descendente, mas nunca na ascendente, conforme disposto no art. 1.852/CC.

69. O direito à prestação alimentícia apresenta como característica ser
- a) **irrenunciável, imprescritível e impenhorável.**
 - b) personalíssimo, imprescritível e compensável.
 - c) irrenunciável, personalíssimo e penhorável.
 - d) personalíssimo, transferível e renunciável.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Conforme arts. 1.707 e 206, § 2º.

70. O princípio *jura novit cúria* é vinculado à teoria da
- a) abstração.
 - b) individualização.
 - c) eventualidade.
 - d) **substanciação.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

A teoria da substanciação defende que o juiz fica vinculado aos fatos da causa, podendo conceder solução jurídica diversa daquela apontada pelo autor.

71. Marque a assertiva correta.
- a) **Quando é parte a Fazenda Pública ou o Ministério Público, o prazo de um e de outra para contestar é em quádruplo e para recorrer é em dobro.**
 - b) Os litisconsortes têm prazo em dobro para contestar, recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.
 - c) Porque equiparado ao litisconsorte, também o oponente tem prazo em dobro.
 - d) As partes podem, desde que estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos peremptórios.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Conforme art. 188/CPC.

72. No caso de falecimento do procurador do réu, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz marcará, a fim de que constitua novo mandatário, o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual, diante da inércia da parte,
- a) **mandará prosseguir o processo, à revelia do réu.**
 - b) dará ao réu curador especial.
 - c) nomeará curador à lide.
 - d) ordenará nova citação, tornando sem efeitos os atos já praticados.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Conforme art. 14/CPC.

73. Em uma hipótese em que três acionistas propõem uma ação visando anular a assembleia geral de uma sociedade que conta com dezenas de sócios, a natureza

do litisconsórcio que se forma no polo ativo da demanda é

- a) necessário simples.
- b) unitário facultativo.**
- c) multitudinário.
- d) facultativo simples.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

O litisconsórcio é unitário porque a relação jurídica é indivisível, de sorte que o juiz deverá decidir da mesma forma para todos os sócios.

É facultativo porque é ativo. Como os demais sócios não podem ser obrigados a compor o polo ativo da demanda, não pode haver necessidade.

74. A petição inicial será indeferida, exceto

- a) quando o autor carecer de interesse processual.
- b) quando o juiz verificar, de plano, a prescrição ou a decadência.
- c) por incompetência absoluta.**
- d) quando for inepta.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

A hipótese de incompetência absoluta não está prevista no rol do art. 295/CPC. O efeito do reconhecimento da incompetência absoluta gera invalidade das decisões proferidas, sem atingir a aptidão da petição inicial.

75. Sobre o sistema recursal previsto no CPC, analise as afirmações:

- I. O recurso extraordinário e o recurso especial impedem a execução da sentença.
- II. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso interposto.
- III. O recurso, dito adesivo, não será conhecido, se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.

Está correto o contido em

- a) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.**
- b) I e III, apenas.
- d) I, II e III.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Assertiva II – art. 501/CPC.

Assertiva III – art. 500, III/CPC.

76. São títulos executivos extrajudiciais, exceto:

- a) escritura pública devidamente assinada pelo devedor.
- b) formal e certidão de partilha.**
- c) contrato de hipoteca.
- d) crédito de perito, quando os respectivos honorários forem aprovados por decisão judicial.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Formal e a certidão de partilha são títulos executivos judiciais (art. 475-N, VII/CPC).

77. Conforme o CPC/73, é correto afirmar que a concessão liminar da medida cautelar, sem audiência do réu, restringe-se e condiciona-se à hipótese de

- a) realização de prévia audiência de justificação.
- b) verificação de que o réu, sendo citado, poderá tornar a medida ineficaz.**
- c) prestação de caução real ou fidejussória.
- d) impossibilidade de localização do réu, por estar em local incerto e não sabido.

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Conforme art. 804/CPC.

78. Leia as assertivas abaixo:

- I. A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.
- II. As ações ou omissões contrárias às disposições do Código Florestal na utilização e exploração da vegetação são consideradas uso irregular da propriedade.
- III. Por ser a licença ambiental um ato vinculado e definitivo, o órgão ambiental competente não poderá, em nenhuma hipótese, modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida.

Marque a opção correta.

- a) Todos os itens são verdadeiros.
- b) São verdadeiros os itens I e II.**
- c) São verdadeiros os itens I e III.
- d) São verdadeiros os itens II e III.

JUSTIFICATIVA (Prof. João Alfredo)

I – Verdadeira – Art. 22, § 7º, da Lei 9985/00.

II – Verdadeira – Art. 2º, § 1º, da Lei 12.651/12.

III – Falsa – Art. 19 da Resolução CONAMA 237/97.

79. António Lobo Antunes, escritor português, obteve, na França, uma sentença arbitral contra a editora brasileira Deusdará, com quem tinha um contrato de impressão e distribuição de suas obras na América Latina. Lobo Antunes pretende executar a referida sentença no Brasil. Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa incorreta.

- a) Por se tratar de sentença arbitral estrangeira, competirá ao presidente do STJ homologá-la, devendo antes exercer o juízo de delibação.
- b) Por força da lei nº. 9.307/96, que dispõe sobre a arbitragem no Brasil, não há necessidade de homologação dessa sentença arbitral, cabendo apenas ao interessado buscar o exequatur perante a Justiça Federal.**
- c) Ainda que o aludido contrato de impressão e distribuição tenha sido celebrado entre presentes e no

Gabão, a instituição arbitral francesa poderá ser competente para julgar o feito.

- d) Havendo contestação pela editora, o processo será submetido a julgamento da Corte Especial do STJ e distribuído a um dos ministros que a compõem.

JUSTIFICATIVA (Prof. Felipe Barroso)

A alternativa (b) está incorreta porque, por força da EC 45/2004, sentenças judiciais e arbitrais estrangeiras precisam ser homologadas pelo STJ. Exequatur refere-se apenas a carta rogatória. E a desnecessidade de homologação aplica-se apenas a sentença arbitral doméstica.

80. Nos termos do art. 84, da Constituição Federal, a competência privativa para celebrar tratados, atos e convenções internacionais é do
- a) Ministro das Relações Exteriores.
 - b) Congresso Nacional.
 - c) Ministério das Relações Exteriores.
 - d) **Presidente da República.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Redação do art. 84/CF.

81. Tem direito a adquirir a propriedade rural por usucapião aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua, como sua, área de terra, em zona rural, tomando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, desde que observado o prazo de ocupação e metragem da área correspondentes a
- a) dez anos e cinquenta hectares.
 - b) cinco anos e cem hectares.
 - c) vinte anos e cinquenta hectares.
 - d) **cinco anos e, no máximo, cinquenta hectares.**

JUSTIFICATIVA (Profa. Danielle Batista)

O art. 191 da Constituição Federal de 1988 e art. 1.239 do CC tratam especificamente dos requisitos necessários para aquisição da propriedade por meio de usucapião rural. Assim, os requisitos estão observados na letra D.

82. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A garantia de prioridade compreende, exceto:
- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
 - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
 - c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
 - d) **destinação secundária de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Daniel Miranda)

Art. 4º, parágrafo único, alínea “d”, do ECA: “*destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*”

83. Suponha que determinada Medida Provisória editada pela Presidenta da República, em 29/09/2012, estabeleça, entre outras providências, o aumento para as diversas faixas de alíquotas previstas na legislação aplicável ao imposto de renda das pessoas físicas.

Nesse caso, com base no sistema tributário nacional, tal Medida Provisória

- a) não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir da data de sua publicação.
- b) violaria o princípio da legalidade, por ser incompatível com o processo legislativo previsto na Constituição Federal/88.
- c) não violaria o princípio da legalidade e produzirá efeitos a partir de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua publicação.
- d) **não violaria o princípio da legalidade e só produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua conversão em lei.**

JUSTIFICATIVA (Prof. Leandro Macedo)

A instituição do imposto de renda pode ser feita por lei ordinária ou medida provisória, já que não há exigência de lei complementar para a sua instituição, devendo observar o princípio da anterioridade de exercício financeiro (art. 150, § 1º, Constituição Federal), só produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro subsequente à data de sua conversão em lei (art. 62, § 2º, Constituição Federal). A assertiva correta, portanto, é a letra d.

84. Quanto ao regime de responsabilidade dos sócios por dívidas da sociedade, de acordo com o Código Civil, assinale a opção incorreta.

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- b) Na sociedade em comum, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.
- c) Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.
- d) **Na sociedade em comandita simples, os sócios comanditários, pessoas físicas, são responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.**

JUSTIFICATIVA (Prof. João Luis)

Na sociedade em comandita simples, o sócio comanditário responde pelas obrigações sociais; o sócio comanditado responde, apenas pela integralização do capital social.

85. Não é, a não ser excepcionalmente, responsável pelo dever de indenizar os danos causados por produtos portadores de defeito por insegurança
- a) o distribuidor.
 - b) o produtor.
 - c) o construtor.
 - d) o importador.

JUSTIFICATIVA (Profa. Ângela Gondim)

O art. 12 do CDC estabelece uma responsabilidade principal nos casos de acidente de consumo por fato do produto. O comerciante ou distribuidor, a princípio, não respondem por danos por defeito de produto, a não ser, excepcionalmente, nas hipóteses do art. 13 do CDC.

86. Desde que instituídos pelos Estados, vinculam-se, necessariamente, aos regimes próprios os respectivos
- a) servidores titulares de cargo efetivo e em comissão, na administração direta e autárquica do Poder Executivo.
 - b) empregados de empresas públicas e suas subsidiárias.
 - c) magistrados e membros do Ministério Público.
 - d) servidores ocupantes de outro cargo temporário ou de emprego público.

JUSTIFICATIVA (Prof. Leandro Macedo)

Segundo o art. 40 da Constituição Federal, integram o regime próprio de previdência social os servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, bem como os membros da Magistratura, Ministério Público e dos Tribunais de Contas.